

**OLHARES E OFÍCIOS
DE ANTROPÓLOGOS**
EM ESPANHA E PORTUGAL

ORGANIZAÇÃO DE
Humberto Martins e Jean-Yves Durand

Esta crise que nos governa: instrumentos e processos de construção narrativa em torno da crise

Luís Cunha

Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, CRIA-Uminho

O que começou por ser apelidado de “crise dos sistemas financeiros” e se transformou, pelo menos em alguns países, em “crise das dívidas soberanas”, constitui um objeto simultaneamente improvável e difícil ao olhar de um antropólogo. É certo que está já muito distante essa antropologia que encontrou no exótico e no distante o seu particular e exclusivo campo de trabalho. Do que se trata aqui, porém, não é apenas de trabalhar sobre a sociedade em que o investigador se insere, mas de mergulhar no coração da contemporaneidade, quer dizer, e como adiante veremos, no vórtice agitado onde a modernidade cede lugar a outras e ainda indefinidas narrativas. Esta dificuldade não é exclusiva da antropologia. Na repartição dos saberes e competências disciplinares em que se sustentam as modernas ciências sociais, as “coisas económicas” couberam à economia política, deixando, na melhor das hipóteses, algumas franjas, entendidas como pouco relevantes, a outras áreas de conhecimento, como a antropologia ou a história, adequadas ao estudo das economias arcaicas ou das trocas não mercantis. Quanto à sociologia, centrando-se nas condições institucionais da vida económica, distanciou-se do entendimento técnico da atividade económica quotidiana, desprezando temas como os “mercados”, os “contratos”, a “moeda” ou a “banca”.

As fronteiras disciplinares têm a mesma natureza de quaisquer outras fronteiras: separam do mesmo modo que unem, mas sobretudo ordenam e classificam em função de uma vontade soberana (Bourdieu 1989: 114). Provisórias na sua essência, elas são a expressão das diferentes forças que se cruzam e confrontam e, neste sentido, as fronteiras disciplinares não só demarcam como distinguem hierarquizando. Esta é uma questão importante quando se pensa a relação da economia política com as outras ciências sociais e, partindo daí, o espaço de reconhecimento de umas e outras: “Está claro, para a maior parte dos especialistas, que a disciplina mais importante das ciências sociais no nosso tempo é a ciência económica, mais precisamente o tipo de economia *mainstream*, cujo bastião mais poderoso se encontra nos Estados Unidos” (Swedberg 2006: 77).¹ Esta relevância da economia política foi ganha ao longo de um

¹ A tradução das citações é da nossa responsabilidade.

percurso histórico que de algum modo a singularizou relativamente a outros olhares sobre a sociedade.² Serão vários os fatores que ajudam a explicar tal sucesso, mas penso que é importante, no contexto do que aqui pretendemos afirmar, ter em conta alguns deles. Desde logo a suposta capacidade preditiva da ciência económica, traço que traduziria uma capacidade de antecipar o futuro de forma a nele intervir, pretensão a que outras ciências sociais não se atrevem. Paralelamente, a crescente matematização da ciência económica reforçou a sugestão de rigor e objetividade, produzindo dois efeitos. Por um lado legitimando a decisão política – sustentado na *economia*, o ato político derivaria da *realidade* e não de opções ideológicas –, por outro lado restringindo o acesso ao campo a oficiais devidamente credenciados –, a economia obedeceria a uma tecnologia complexa que apenas os profissionais reconhecidos dominariam.³

Há ainda um aspeto de natureza diferente que convém ter presente. Remete para a eficácia simbólica da narrativa dominante na economia política, ou seja, aquela que foi construída pela teoria neoclássica, e que no limite assenta numa explicação do comportamento social fundada na natureza. É neste ponto, de resto, que a ciência económica mais claramente trespassa uma matriz estritamente tecnológica – prever ciclos económicos, definir estratégias de intervenção, configurar redes de produção e circulação de produtos, etc. – para ambicionar constituir-se como uma ciência capaz de explicar o comportamento social. É a figura do *homo oeconomicus* que opera este distanciamento, entendendo tal figura como expressão de uma racionalidade fundada na utilidade. Sem a nomear, terá sido Adam Smith quem cunhou esta figura, servindo-se de uma fórmula que ficou célebre: “Não é da bondade do homem do talho, do cervejeiro ou do padeiro que podemos esperar o nosso jantar, mas da consideração que eles têm do seu próprio interesse. Apelamos, não para a sua humanidade, mas para o seu egoísmo, e nunca lhes falamos das nossas necessidades, mas das vantagens deles” (Smith 1987 [1776]: 95). Talvez seja injusto atribuir a este autor a coligação entre egoísmo e eficiência,⁴ mas a verdade é que foi

² Não por acaso, certamente, a economia é a única ciência social que, desde 1969, é objeto de atribuição de um Prémio Nobel.

³ Algo semelhante ocorre quando consideramos a história da estatística e de como o seu desenvolvimento legitimou a decisão governativa e a ação política: “a estatística apresentou-se como um instrumento essencial da racionalização da condução dos assuntos humanos” (Desrosières 2000: 122).

⁴ Na sua *Teoria dos Sentimentos Morais*, Smith defende que “somos guiados nas nossas ações não somente pelo nosso interesse pessoal, mas também pelo juízo que os outros emitem sobre as nossas ações, porque a ‘simpatia’ que experimentamos pelos outros leva-nos a aceitar o seu julgamento” (*cit. in* Denis 1990 [1966]: 190).

por esta via que a economia se afirmou como ciência positiva com pretensões a explicar o social, recorrendo a uma outra fórmula, tão célebre quanto a de Adam Smith, como é a definição de economia proposta por Lionel Robbins em 1932: “ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre fins estabelecidos e meios escassos que dispõem de usos alternativos” (*cit. in* Bento 2011: 25). Não discutirei aqui a eficácia operativa do conceito, nem tampouco lhe oporei a ideia de vermos nele a expressão da fantasia capitalista de reduzir o comportamento social à maximização dos proveitos materiais. Faço notar, no entanto, a importância que tem uma teoria que permite reduzir a complexidade do comportamento humano a uma *fórmula natural* – a racionalidade que partilhámos traduzir-se-ia no desejo de maximizar os benefícios e minimizar os custos – que dispensa e estigmatiza qualquer movimento que contrarie a *natureza*, como o papel corretor da ação política. Por outro lado, ao colocar a ênfase no *sujeito*, esta conceção parece resolver as ambiguidades inerentes à ideia de “contrato social”, revelando-se particularmente adequada a algumas visões críticas da modernidade e também ao realce dado à liberdade individual por parte da esquerda contemporânea.

A crença na descoberta da *natureza humana* constitui, sem dúvida, o ponto nuclear desta conceção, surgindo a matematização e a capacidade preditiva como decorrências dessa crença. Foi ela que permitiu olhar a economia como um jogo de forças mecânicas que tendiam para o equilíbrio (Louçã 2011: 40), sendo que esse equilíbrio decorria da previsibilidade de um *mercado* que ajustava permanentemente oferta e procura. Do ponto de vista mecanicista, não é muito diferente se estamos perante a procura de fruta ou de afetos: em ambos os casos os agentes interagem da mesma forma, ou seja, tentando maximizar os seus proveitos. De facto, a condição de validade de um tal mecanismo estaria na conformação do comportamento de todos os seres humanos a um princípio conhecido e operacionalizável, neste caso o comportamento racional, balizado por um princípio de egoísmo universal.⁵ Descoberta esta *lei*, corporizada de forma simplificada na enunciação da “mão invisível”, o desafio estaria em desenvolver instrumentos metodológicos capazes de explicar e prever sem nunca deixar de ter presente a *realidade*. Foi neste sentido que a economia pôde desenvolver um discurso de legitimação científica de natureza positivista, apresentando-se os economistas como os conselheiros

⁵ Independentemente da intenção de Mandeville, a sua “A Fábula das Abelhas” (1991 [1727]) tem sido muitas vezes apontada como a expressão deste princípio. Na fábula mostra-se como condutas habitualmente negativizadas do ponto de vista moral, como a ganância, a inveja ou a vaidade, são fundamentais para a prosperidade da colmeia, entendida como metáfora da nação.

privilegiados do *Príncipe*.⁶ A complexificação da linguagem, possibilitada pela crescente matematização, operou, por outro lado, um duplo efeito, já que legitimou a convicção de cientificidade, excluindo da análise do comportamento social toda a dimensão de incerteza, imprevisibilidade e contingência associáveis às interações sociais. A economia política pôde, então, tornar-se a mais relevante das ciências sociais, mas fê-lo na condição de destituir a sociedade da sua dimensão *propriamente social*, uma vez que é no indivíduo intrinsecamente livre e supostamente igualizado nessa liberdade que repousa a sua análise.

A prevalência das propostas *liberais* não significa que elas sejam consensuais. Não o são do ponto de vista da sua matriz teórica e filosófica nem o são no que diz respeito aos seus resultados, sendo que este último facto nos coloca perante um problema: se, como atrás defendemos, a sua suposta capacidade preditiva é um dos trunfos mais importantes da economia política, por que razão o fracasso das suas previsões pouco parece afetar a credibilidade da teoria dominante? Estamos perante um efeito de resiliência que a um primeiro olhar parece difícil de entender. Basta pensar como a eficácia das medidas keynesianas, implementadas aquando da Grande Depressão, não foi suficiente para abalar a confiança no cânone liberal da não intervenção e prevalência da liberdade dos mercados. De facto, logo após a II Guerra Mundial, foi de novo numa matriz liberal que as correntes económicas dominantes se filiaram, primeiro através da síntese de diferentes teorias operada pela economia neoclássica, e depois, já nos anos 1970, através da configuração de uma linha de pensamento liberal que se tornou cada vez mais hegemónica (Caldas 2011: 114-115). Não faltam confrontos entre a crise dos anos 1930 e a crise atual, mas existe pelo menos um ponto que devemos sublinhar. Nos dois momentos a doutrina liberal pareceu abalada nos seus fundamentos por uma razão comum: a ausência de regulação e a permissão do funcionamento de mercados financeiros inteiramente livres geraram “bolhas” especulativas capazes de fazer implodir o sistema. A credibilidade foi rapidamente recuperada no primeiro caso e parece estar a sê-lo também na crise atual. Tal recuperação parece depender da uma hábil inversão de fatores: a origem da crise não esteve na liberalização dos mercados mas na intervenção intempestiva dos estados, que seguiram uma política monetária inadequada e mesmo errada (Horn 2010: 7). Milton Friedman fizera esta *descoberta* em relação à Grande Depressão e no momento atual a ofensiva neoclássica faz-se através da acusação de que foram as políticas

⁶ Além de *positiva*, a economia deve também ser *normativa*, a primeira vertente dizendo respeito àquilo *que as coisas são* e a segunda ao *que as coisas devem ser*. Esta distinção foi traçada por Neville Keynes, no final do século XIX, mas foi reiterada por um nome tão central do pensamento liberal como Friedman (cf. Bento 2011: 22).

keynesianas seguidas pelos estados a provocar a crise que procuravam solucionar (Horn 2010: 8). Voltamos assim à ordem da *natureza*, alicerce fundamental da doutrina liberal, já que é nesse plano que essa operação de inversão pode ocorrer. Parece haver algo de fortemente sedutor na ideia de uma natureza humana, com as suas inquebrantáveis leis aplicadas ao comportamento económico. Os mercados funcionam *naturalmente*, de tal forma que qualquer intervenção introduz um fator de desregulação nos *mecanismos naturais de equilíbrio*. Bem sabemos que estamos a simplificar uma ideia que é já simples em si mesma, ainda que os modelos matemáticos sugiram uma séria complexidade. Recuperá-la-emos mais adiante, mas por agora, e antes de avançar para o nosso ponto focal – a crise dos sistemas financeiros e da dívida soberana –, importa repegar em dois fios que deixámos soltos: a questão das fronteiras disciplinares e o lugar da moral na ciência económica.

Começaremos pela moral.⁷ Parece pacífica a ideia de que o comportamento económico do homem é, pelo menos num certo grau, moralmente orientado (Bento 2011: 18). A questão está em saber se a ciência económica pode extirpar desse fator o conhecimento que produz, sendo que essa pode ser vista como a condição da cientificidade exigível a uma ciência exata. William Stanley Jevons, um dos pioneiros do marginalismo,⁸ considerou ter resolvido o problema apelando a uma “teoria utilitarista da moral”, declarando que “o objeto da Economia é maximizar a felicidade comprando prazer, digamos assim, com o menor custo em termos de desprazer” (*cit. in* Bento 2011: 20). Claro que esta formulação teve inevitáveis desenvolvimentos, por exemplo em torno da teoria dos jogos, mas o desafio permaneceu: encontrar instrumentos que garantam cientificidade, de tal forma que a economia seja da competência e da responsabilidade de peritos e não de políticos. Conseguido esse efeito, a desconfiança relativamente a políticas keynesianas não poderia ser vista na decorrência de uma ideologia, mas de uma avaliação técnica indiscutível. Assim, os efeitos socialmente benéficos de uma política de pleno emprego, por exemplo, poderiam ser economicamente negativos, já que prejudicariam o livre funcionamento dos mercados. Perante uma lógica social (*moral*) e uma lógica económica (*amoral*) é a segunda que vence, pois é a segunda que se supõe ser válida cientificamente. Os princípios morais são substituídos por uma tecnologia que por ser fundada no *real* não

⁷ Foi também na *moral* que Vítor Bento (2011), economista associado ao pensamento liberal, colocou a ênfase, quando escreveu uma obra de reflexão económica destinada ao grande público.

⁸ As propostas marginalistas, que marcaram o último quartel do século XIX, estavam associadas à enunciação da teoria da utilidade marginal, e deram origem ao que passou a ser conhecido como “teoria económica neoclássica” (cf. Denis 1990 [1966]: 510 segs.).

admitiria discussão. Facilmente se percebe que não é assim. Bastará perceber como intervenções tipicamente keynesianas, nomeadamente planos de relançamento económico, de salvação e recapitalização da banca através de capitais públicos ou de apoio ao crédito às grandes empresas, são aceites como úteis e necessários pelos mesmos peritos que estigmatizam despesas públicas no setor social do Estado. Da mesma forma, o critério *amoral* é usado para justificar, por exemplo, a deslocalização da sede social de uma empresa para um país menos penalizador do ponto de vista fiscal, mas recorre-se a um critério *moral* para estigmatizar alguém que decide viver do subsídio de desemprego sem procurar ativamente trabalho. O princípio da escolha racional cede aqui lugar a uma fundamentação moral assente numa ética do trabalho, onde se cruzam diferentes ideias que convergem numa narrativa comum: o trabalho *regenera* o indivíduo (Godelier 1986: 54-55).

A moral, que a doutrina económica dominante faz sair pela porta, entra recomposta pela janela, sem que a legitimidade da avaliação técnica se perca. Entramos aqui no ponto que verdadeiramente nos interessa, o da discussão da eficácia das narrativas. Nem as políticas de comércio livre tiveram os bons resultados que a narrativa habitualmente lhes reconhece (Bairoch 2001 [1993]), nem a rápida liberalização de uma economia fechada conduz necessariamente a bons resultados, como o exemplo russo demonstrou (Sapir 2008 [2002]). Um ponto nodal da narrativa dominante é o da despolitização da política económica. Argumenta-se, que ao colocar as decisões em matéria económica sob a alçada dos peritos, na presunção de que as suas indicações são puramente técnicas, despidas de *ideologia* e adequadas à *realidade*, a decisão política ou está de acordo com a proposta do perito ou é incorreta e ineficiente, obedecendo a interesses *políticos*. Assim, diagnóstico e terapia encontram-se de tal forma ligados através de um efeito de *verdade*, que contrariá-los politicamente significa oposição à *realidade*. Desta forma, o conselheiro do príncipe substitui, finalmente, o príncipe, deixando a soberania de estar situada onde nos habituámos a localizá-la nos regimes democráticos – nas instituições representativas como imanência da vontade geral – para se deslocar e (re)situar num plano de transcendência, já não a de matriz divina que a modernidade destruiu, mas de natureza técnica. Nada disto é novo, bem o sabemos, foi antecipado de várias formas, por exemplo na crítica da modernidade feita por autores da chamada Escola de Frankfurt (e.g. Marcuse 1966 [1964]). Já olhares mais recentes atribuem a esta modificação um sentido profundamente estrutural: “A soberania declinante dos Estados-nação e a sua incapacidade crescente de regulação das trocas económicas e culturais são, de facto, os primeiros sintomas do advento do Império” (Hardt e Negri 2004 [2000]: 12), figura que já nada tem a ver com os imperialismos de matriz nacionalista, mas antes com a ideia de um imperialismo global, sem centro nem rosto.

■ Ao ocupar o espaço central no debate sobre a sociedade, a economia política define uma *arena* de confronto a que não pode escapar. Procura proteger-se, é certo, recorrendo à sofisticação dos modelos matemáticos de que se serve e parecem torná-la inexpugnável. A crítica de um não perito deveria cair facilmente na categoria de crítica diletante, não fosse dar-se o caso de a sua própria arma a fragilizar: afinal foi a sofisticação matemática, posta ao serviço da criação de produtos financeiros cada vez mais complexos que contribuiu decisivamente para o crescimento da bolha especulativa? A relação entre o *perito* e o *amador* devolve-nos à questão das fronteiras disciplinares. Vivemos um tempo aparentemente marcado pela diluição de fronteiras. Desde as clássicas fronteiras entre Estados-nação a outras mais subtis, como as que separam espaço público e privado. Em relação às primeiras, é profundo o efeito económico que a sua diluição provoca, afetando, desde logo, os princípios fundamentais dos estados modernos, assentes numa ordem constitucional, jurídica e tributária, o que põe em causa a legitimidade da autoridade democrática (Morgado 2010). A diluição de outras fronteiras, mais subtis e imprecisas na aparência, não tem menor importância, já que é nesse plano que se joga o entendimento do mundo: “O espaço público foi privatizado em tal grau que se tornou absurdo compreender a organização social nos termos de uma dialética entre espaços públicos e espaços privados, entre interior e exterior” (Hardt e Negri 2004 [2000]: 212). Esta crise do modelo com que a modernidade pensou o mundo estende-se, inevitavelmente, ao campo do conhecimento e da ciência. Aqui, à crescente especialização respondem tentativas de uma leitura global e integrada. Não estamos a caminhar, evidentemente, para uma homogeneização do campo do saber à maneira da época clássica (Foucault 1985 [1966]: 363). O que parece prosperar é de outra natureza, configura uma espécie de transversalidade crítica, ou seja, o desenvolvimento de olhares descentrados dos campos disciplinares constituídos, favorecendo novas focalizações. Certamente que esta é uma ideia vaga e impressiva, que não pode ser generalizada. Entendemos, ainda assim, que ela faz sentido quando pensamos o campo configurado pela economia política, sobretudo porque esse campo passou por um processo de fechamento, assente numa forte convicção de autossuficiência.

■ O crescente interesse pela “economia” deve-se, em parte, à dimensão da crise que vivemos. Termos técnicos e pouco compreensíveis, como *swaps*, instituições a que se descobre um poder antes insuspeitado, como sucede com as agências de notação financeira, medidas que nos envolvem a todos, como os Planos de Estabilidade e Crescimento (PEC), passaram a fazer parte das palavras de todos os dias. Este interesse ajuda a explicar o esforço de construção de explicações simples do funcionamento económico a partir de um conhecimento erudito. Esse esforço pode traduzir-se numa intenção pedagógica ou assumidamente militante, pode ser o pequeno ensaio de Vítor Bento a que já nos referimos, pode ser o *Portugal*

Agrilhoado, de Francisco Louçã (2011) ou *Isto é um Assalto*, do mesmo autor, em colaboração com Mariana Mortágua (2013). O desejo de tornar a “ciência económica” conhecida, seja ele visto como aproveitamento editorial ou procura de envolvimento militante, traduz a dessacralização de uma linguagem e, pelo menos em alguns casos, a tentativa de desmontar *verdades que não se discutem*, mostrando que elas assentam em axiomas que não foram verdadeiramente demonstrados (cf. Soeiro, Cardina e Serra 2013).

Interessa-nos, porém, um outro nível de debate, que podemos colocar numa linha paralela a este que acabámos de referir. Trata-se da contestação do monopólio das “coisas económicas” pela economia política, e prende-se com um olhar mais envolvido também do ponto de vista técnico. Um autor como Michel Wieviorka, por exemplo, coordenou em 2010 uma obra coletiva dedicada ao dinheiro, enquanto um economista como André Orléan sente necessidade de confrontar a “Nova Sociologia Económica”, que remete para o pensamento do sociólogo americano Mark Granovatter, com o ideal de conjugação de economia e sociologia, concedendo que a *objetividade* deve ser pensada como construção social e não como um facto da natureza (Orléan 2005: 300). Também no campo da antropologia as focalizações clássicas, por exemplo a que se definiu a partir de Polanyi, entre moedas que têm um uso específico e moedas para usos múltiplos, parecem estar em revisão. A consideração da relação entre economia erudita e economia ordinária, como é tentada por Florence Weber (2002) ou por Federico Neiburg (2007), implica abordar os factos monetários das economias modernas com os instrumentos usados por economistas, o que implica um atravessamento de campos de saber e correspondente diluição de fronteiras. Sem que exista um desprendimento da economia política, é com um olhar descentrado e crítico que importa debater a crise dos sistemas financeiros e da dívida soberana. É isso que tentaremos fazer de seguida.

A palavra *crise* admite diferentes aplicações e sentidos, mas a sua etimologia, tanto na sua raiz latina quanto na grega, remete para uma ideia forte, a de *momento de decisão*, sugerindo, portanto, mudança súbita e também escolha.⁹ De uma forma esquemática, pode dizer-se que a leitura de uma crise como esta que vivemos reportará a algum lugar intermédio entre dois pontos extremos, um deles apontando a sua carga dramática, o outro vendo-a como uma oportunidade.¹⁰ Do primeiro polo aproxima-se o

⁹ Nomeadamente a partir do grego, *krísis*, “ação ou faculdade de distinguir”.

¹⁰ É muito frequente convocar o oriente para legitimar a associação entre crise e oportunidade: a palavra chinesa para *crise* conjugaria dois caracteres, um significando *perigo*, o outro *oportunidade*. Não é indiscutível que assim seja, pelo menos no entendimento de alguns linguistas (cf. e.g. ← <http://itre.cis.upenn.edu/~myl/language/og/archives/004343.html> →), mas talvez

discurso que sublinha os dramas individuais e coletivos que se associam à crise – desemprego, fome, empobrecimento, depressão, etc. –, enquanto que o segundo configura uma outra narrativa, que pode não contradizer a primeira, mas que encara a crise como um fator e uma possibilidade de regeneração. Estar mais perto de um polo ou do outro depende de uma multiplicidade de fatores, que vão desde o posicionamento ideológico à situação socioprofissional de quem interpreta a crise. A diferença aparenta ser demasiado subtil para que tenha relevância, mas olhada por outro prisma ela traduz não só diferentes diagnósticos como legítimas diferentes terapias. Entendemos que os *media* desempenham um papel fulcral na legitimação e na crítica das diferentes narrativas que se produziram sobre a crise. Tentámos, noutra parte, trabalhar sobre um momento específico deste crise a partir da imprensa (Cunha 2012), mas tentaremos aqui fazer algo diferente, centrando-nos, fundamentalmente, no discurso político.

É fácil encontrar, tanto no discurso político como no económico, a expressão de visões que, sem negar os efeitos dramáticos da crise, procuram vê-la como fator de regeneração. Consideremos um exemplo: “Encaramos a crise como uma oportunidade para adaptação do nosso modelo económico e para o fortalecimento da economia portuguesa”.¹¹ Com estas palavras, pronunciadas na 66.ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, Passos Coelho sinaliza uma das ideias matriciais da sua ação política, pelo menos no plano discursivo. Do que se trata é de *reparar* o que está *estragado*, como ele próprio vincou no breve discurso de tomada de posse: “A resposta realista aos problemas consiste na procura e concretização de soluções, com a consciência de que não existem varinhas de condão que instantaneamente consertam o que durante tantos anos se foi arruinando.” Dias depois da tomada de posse, quando faz o discurso de apresentação do Programa de Governo, desenvolve esta ideia, declarando que os portugueses podem confiar nele “para quebrar o ciclo vicioso de hesitação e derrapagem em que vivemos nos últimos anos”. Defende que o que está em causa é substituir a “fuga à realidade complexa” pelo “estudo rigoroso das circunstâncias e [...] adopção atempada de medidas”. Explica ainda que para isso é necessário “adaptar as nossas políticas aos novos factos”, pelo que “As mudanças profundas que vamos realizar podem ter sido forçadas pelas circunstâncias, mas são, em si mesmas, uma grande oportunidade de viragem perene se assim quisermos que aconteça”. Esta “vontade” de querer que aconteça é, na realidade, uma figura retórica nesta

possamos ver nessa evocação uma expressão mais do *orientalismo*, tal como Said (1995 [1978]) o pensou.

¹¹ Discurso do Primeiro-Ministro na 66.ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, por Pedro Passos Coelho (24 de setembro de 2011).

visão da crise: o “querer que aconteça” será, quando muito, um acelerador da ação, pois o caminho não tem alternativa.

Importa fazer notar que a associação da ideia de crise à de oportunidade de regeneração admite leituras diferentes e mesmo contrastantes, de acordo com o modo como ela é entendida. Projetar a crise a partir do plano interno ou sublinhar o seu caráter global conduz a diferentes leituras, do mesmo modo que tem diferentes consequências entendê-la no plano estritamente financeiro ou ver nela algo de mais profundo. Wieviorka (2010: 7-8) distingue dois planos analíticos, o da crise atual, iniciada em 2007/8, e um outro de maior amplitude e profundidade. Não os separa, argumentando ser necessário pensar os laços entre crise financeira e problemas económicos e sociais, mas sublinhando, ao mesmo tempo, que o que está a acontecer no sistema financeiro e bancário pode constituir uma figura paradigmática das mudanças de longa duração que afetam profundamente variados setores. Entender a crise seria, então, uma boa forma de chegar a um entendimento mais global da sociedade e do tempo em que vivemos. Já Boaventura de Sousa Santos (2011: 11), ao procurar situar-se perante a realidade especificamente portuguesa, defende que ela “vive uma crise financeira de curto prazo, uma crise económica de médio prazo e uma crise política de longo prazo”, dessa forma fazendo a ponte entre um quadro geral e a história singular do nosso país. A nossa subalternidade, evidente no processo colonial, pode, então, ser convocada para ajudar a explicar as particulares dificuldades que vivemos.

Pensada na *longa duração*, a crise pode ainda ser vista como oportunidade, mas torna-se mais fácil deslocar o foco analítico para além do campo financeiro. Não se trataria já de reparar algum mau funcionamento de uma máquina que não se questiona, mas de pôr em causa o modelo social em que assenta o seu funcionamento. Não existe consenso naquilo que uma mudança de modelo pode significar, sendo possível sinalizar diferentes graus dentro de um contínuo, que vai desde a procura da sustentabilidade ecológica e da responsabilidade social da empresa¹² até à projeção de um mundo novo, assente numa transferência de soberania e na refundação da ordem jurídica (Hardt e Negri 2004 [2000]), passando pela ideia relativamente vaga de “pôr a economia ao serviço da pessoa humana”, como defende o vigário regional da Opus Dei em Portugal.¹³ A inadequação do chamado Consenso de Washington¹⁴ para

¹² Bom exemplo é dado pela Conferência Internacional Ethos 2009 (São Paulo), onde se debateu “A Crise Como Oportunidade e a Responsabilidade das Empresas”: <http://www.rumosustentavel.com.br/conferencia-internacional-ethos-fara-debate-em-sao-paulo/> →

¹³ Cf. http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2577689&page=1 →.

responder a uma crise como esta (Wieviorka 2010: 8); a ilusão da despolitização da decisão económica (Sapir 2008 [2002]: 10); a verificação dos efeitos não desejados da teoria económica, nomeadamente quando os “profissionais da economia [surgem] como verdadeiros pedagogos da instabilidade monetária” (Neiburg 2007: 139), são apenas alguns dos sinais que sugerem que os contornos mais relevantes da crise não serão os que de forma mais evidente nos são mostrados. Neste sentido, a “adaptação das políticas”, de que fala o discurso político tal como acima foi evocado, não traduziria uma *verdadeira* mudança, mas apenas o sinal de resistência do paradigma económico dominante. Resistência inquestionável, tal como nota Horn (2010: 9): “O processo de recomposição interna do paradigma dominante ao invés de um novo paradigma que o substitua [...] parece desmentir, no campo das ciências económicas, a tese de Thomas Kuhn segundo a qual a ciência evolui necessariamente por revoluções.” Resistência poderosa e eficaz, o que nos leva ao debate das razões do seu sucesso, nomeadamente a um velho tema, o da *fabricação do consentimento*, ou seja, à tentativa de “ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos” (Foucault 1979: 7).

No discurso político, a *verdade* constrói-se na palavra, servindo-se da sugestão de rigor, objetividade e franqueza: “Neste ponto, permitam-me que fale com toda a clareza. Não deixo as notícias desagradáveis para outros, nem as disfarçarei com ambiguidades de linguagem”. Isto declarou Passos Coelho na apresentação do Programa do Governo, quando anunciava a inevitabilidade dos sacrifícios pedidos aos portugueses. Poucos meses depois, na apresentação do Orçamento de Estado, volta a enaltecer a virtude da clareza: “não sairemos deste vale de dificuldades com fugas à realidade, nem com excessos retóricos, mas apenas com decisões tomadas com determinação, responsabilidade e método.” A função de um estadista não é perder-se em jogos de linguagem mas enunciar a verdade, ainda que esta seja dura. É ainda ele quem o diz, no mesmo discurso: “Quando fui eleito Primeiro-Ministro nunca pensei que tivesse que anunciar ao país medidas tão severas e tão difíceis de aceitar.” Mas que *verdade* é esta que assim se impõe? O anterior chefe do Governo, José Sócrates, no seu último discurso sobre o Estado da Nação (julho de 2007), disse-o com meridiana clareza: “a verdade é esta: precisamos de prosseguir as reformas.” A ideia de *reforma* parece-nos especialmente significativa nas narrativas sobre a crise, tanto pela imprecisão do seu conteúdo quanto pela subversão do seu

¹⁴ A expressão, criada pelo economista John Williamson, traduz-se num conjunto de medidas defendidas e aplicadas por instituições financeiras (FMI, Banco Mundial) que se ocupam da aplicação de programas de apoio a países em desenvolvimento ou em dificuldade.

sentido. Facilmente se percebe a imprecisão se confrontarmos a proposta de reforma que se revela no citado discurso de Sócrates – agenda digital, energia, ciência, aposta nas infraestruturas – com a que Passos Coelho propõe no discurso que proferiu por ocasião do primeiro aniversário do seu Governo (junho de 2012) – privatizações, transposição das regras do tratado orçamental para a ordem jurídica nacional, racionalização da administração central do Estado. Além desta imprecisão, a ideia de reforma parece ter-se deslocado de um sentido de excecionalidade para se tornar um estado permanente. Como diz Passos Coelho no mesmo discurso, “As reformas estruturais são a principal justificação e força motriz da acção política do Governo”. Moldadas por um discurso uniforme, substitutas das políticas monetárias e orçamentais herdadas do keynesianismo, as reformas fazem-se sempre em nome da eficácia, nomeadamente de uma ideia central, a de que o privado faz melhor que o público (cf. Sapir 2008 [2002]: 51-52).

De qualquer modo, o *reformismo* não vale por si, antes deve ser associado a um conjunto de ideias e palavras, assim se constituindo um nó discursivo que se tem revelado eficaz. Nesse nó encontramos a ideia da ausência de alternativa, a que acima já fizemos referência. É perante a *verdade* dessa ausência que o caminho se faz, e se faz, *necessariamente*, resistindo à tentação de o abandonar: “Perante as actuais dificuldades, é compreensível que cresça a tentação de abandonarmos o caminho que foi traçado até agora. Mas por essa razão é imprescindível que estejamos bem conscientes dos terríveis perigos que tal opção necessariamente materializaria.”¹⁵ O *medo* é outro dos ingredientes fundamentais desse nó discursivo: “nem sempre se tem a percepção real dos riscos a que estamos sujeitos”, avisa o primeiro-ministro no discurso sobre o estado da nação em julho de 2013. Não manifestaremos todos a mesma disponibilidade para trilhar o caminho da redenção reformista, mas a resistência ou é maldosa ou atávica.¹⁶ Quem está de boa-fé só pode estar com o rumo traçado, até porque, como disse Coelho na apresentação do programa do Governo, “Venceremos estas dificuldades juntos, ou não as venceremos”. A ideia de *compromisso* é outro dos pilares da narrativa. Por ela passa a suspensão, ou pelo menos a subalternização da política, entendida enquanto confronto de visões e soluções. No debate sobre o estado da nação (julho de 2013), Coelho explica-se: “não precisamos de anular as divergências políticas entre a coligação que suporta o Governo e o Partido Socialista [...]. Para chegarmos a acordo é suficiente que nos concentremos nas necessidades

¹⁵ Declaração do Primeiro-Ministro sobre o Orçamento do Estado para 2012, por Pedro Passos Coelho (13 de outubro de 2011).

¹⁶ Optámos, nesta ocasião, por nos centrarmos nos discursos mais institucionais, deixando de lado intervenções pontuais, mas a distinção traçada por Passos Coelho entre “portugueses piegas e empreendedores” (fevereiro de 2012) num discurso marcou o debate político português durante bastante tempo.

do País e no interesse comum dos Portugueses.” O dissenso político pode, então, ser reduzido a uma expressão minimalista, que permite manter o *formalismo* do confronto democrático, subsumido, todavia, ao peso da *realidade verdadeira*: “É certo que muitas escolhas estão abertas ao debate democrático, e devem ser discutidas por todos. Mas esperamos genuinamente que a Oposição contribua para a solução dos grandes problemas nacionais. Também aqui tem de vigorar a regra da responsabilidade, o sentido da realidade e o compromisso nacional.”¹⁷ Neste mesmo discurso, defende a associação entre “democracia representativa” e “uma economia também ela representativa”. É certo que não explica o conceito nem dá conta de qualquer instrumento de representatividade assente na economia, mas a paridade que defende destitui o sistema político, colocando-o sob a alçada de um *princípio natural*, o da liberdade “para agir e escolher”, que fundamenta a economia neoliberal. É esta que surge, portanto, como base matricial, legitimando a “servidão voluntária”¹⁸ pela força de uma *natureza* que não admite remissão.

Referências bibliográficas:

- BAIROCH, Paul, 2001 [1993], *Mitos e Paradoxos da História Económica*. Lisboa, Terramar.
- BENTO, Vítor, 2011, *Economia, Moral e Política*. Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- BOURDIEU, Pierre, 1989, *O Poder Simbólico*. Lisboa, Difel.
- CALDAS, José Castro, 2011, “Esta economia para quê?”, em J. Reis e J. Rodrigues (orgs.), *Portugal e a Europa em Crise*. Lisboa, Actual Editora, 112-119.
- CUNHA, Luís, 2012, “Uma história nos *mídia*: narrativas sobre a crise dos sistemas financeiros”, em Antonio Adami e Antonio Carlos Hohlfeldt (orgs.), *Lusofonia e Interculturalidade: Actas do IX Lusocom*. São Paulo, Intercom, e-book, 1132-1146.
- DENIS, Henri, 1990 [1966], *História do Pensamento Económico*. Lisboa, Horizonte.
- DESROSIÈRES, Alain, 2000, “L’histoire de la statistique comme genre: style d’écriture et usages sociaux”, *Genèses*, 39: 121-137.

¹⁷ Discurso de Apresentação do Programa do Governo (30 de junho de 2011), por Pedro Passos Coelho.

¹⁸ Usamos a expressão que Étienne de la Boétie (1997 [1571]) escolheu para título da sua conhecida obra.

- FOUCAULT, Michel, 1979, *A Microfísica do Poder*. São Paulo, Graal.
- FOUCAULT, Michel, 1985 [1966], *As Palavras e as Coisas: Uma Arqueologia das Ciências Humanas*. São Paulo, Martins Fontes.
- GODELIER, Maurice, 1986, "Trabalho", em *Enciclopédia Einaudi*, vol. 7. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 11-62.
- HARDT, Michael, e Antonio NEGRI, 2004 [2000], *Império*. Lisboa, Livros do Brasil.
- HORN, François, 2010, "La théorie économique dominante, victime collatérale de la crise?", *Revue Française de Socio-Économie*, 6: 3-10.
- LA BOÉTIE, Etienne de, 1997 [1571], *Discurso sobre a Servidão Voluntária*. Lisboa, Antígona.
- LOUÇÃ, Francisco, 2011, *Portugal Agrilhoado: A Economia Cruel na Era do FMI*. Lisboa, Bertrand.
- LOUÇÃ, Francisco, e Mariana MORTÁGUA, 2013, *Isto é Um Assalto: A História da Dívida em Banda Desenhada*. Lisboa, Bertrand.
- MANDEVILLE, Bernard, 1991 [1727], *La fable des abeilles*. Paris, Librairie Philosophique J. Vrin.
- MARCUSE, Herbert, 1966 [1964], *One-Dimensional Man: Studies in the Ideology of Advanced Industrial Society*. Boston, Beacon Press.
- MORGADO, Miguel, 2010, *Autoridade*. Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- NEIBURG, Federico, 2007, "As moedas doentes, os números públicos e a antropologia do dinheiro", *Mana*, 13 (1): 119-151.
- ORLÉAN, André, 2005, "La sociologie économique et la question de l'unité des sciences sociales", *L'Année Sociologique*, 55: 279-305.
- SAID, Edward W., 1995 [1978], *Orientalism: Western Conceptions of the Orient*. Londres, Penguin Books.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, 2011, *Portugal: Ensaio contra a Autoflagelação*. Coimbra, Almedina.
- SAPIR, Jacques, 2008 [2002], *Os Economistas Contra a Democracia: Poder, Mundialização e Economia*. Cascais, Sururu – Produções Culturais.
- SMITH, Adam, 1987 [1776], *Inquérito sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*. Lisboa, Fundação Gulbenkian.

SOEIRO, José, Miguel CARDINA, e Nuno SERRA (orgs.), 2013, *Não Acredite em Tudo o que Pensa: Mitos do Senso Comum na Era da Austeridade*. Lisboa, Tinta-da-China.

SWEDBERG, Richard, 2006, "Quand la sociologie économique rencontre l'économie des conventions", em François Eymard-Duvernay (org.), *L'économie des conventions: méthodes et résultats, Tome 1: Débats*. Paris, La Découverte, 77-92.

WEBER, Florence, 2002, "Práticas económicas e formas ordinárias de cálculo", *Mana*, 8 (2): 151-182.

WIEVIORKA, Michel (org.), 2010, *L'Argent*. Auxerre, Sciences Humaines Éditions.

Fontes dos discursos:

Discurso do Primeiro-Ministro na abertura do Debate do Estado da Nação (15 de julho de 2010), por José Sócrates:
 ← http://economico.sapo.pt/noticias/o-discurso-completo-de-socrates-no-estado-da-nacao_94661.html →

Discurso de Tomada de Posse do Primeiro-Ministro (21 de junho de 2011), por Pedro Passos Coelho:
 ← <http://www.publico.pt/politica/noticia/discurso-na-integra-de-passos-coelho-1499640> →

Discurso de Apresentação do Programa do Governo (30 de junho de 2011), por Pedro Passos Coelho: ← <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/primeiro-ministro/intervencoes/20110630-pm-programa-governo.aspx> →

Discurso do Primeiro-Ministro na 66.^a sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, por Pedro Passos Coelho (24 de setembro de 2011):
 ← <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/primeiro-ministro/intervencoes/20110924-pm-assembleia-geral-nacoes-unidas.aspx> →

Declaração do Primeiro-Ministro sobre o Orçamento do Estado para 2012, por Pedro Passos Coelho (13 de outubro de 2011):
 ← http://www.portugal.gov.pt/media/443327/20111013_pm_int_oe2012.pdf →

Intervenção do Primeiro-Ministro no primeiro aniversário do Governo, por Pedro Passos Coelho (24 de junho de 2012):
 ← <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/primeiro-ministro/intervencoes/20120624-pm-ano-governo.aspx> →

Discurso do Primeiro-Ministro no Debate do Estado da Nação, por Pedro Passos Coelho (12 de julho de 2013):

← <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/primeiro-ministro/intervencoes/20130712-pm-estado-nacao.aspx> →